



Manifesto dos Povos do Sul: Por uma Transição Energética Justa e Popular

Um apelo aos líderes, às instituições e aos nossos irmãos e irmãs

Mais de dois anos após a eclosão da pandemia da COVID-19, agravada pelas consequências catastróficas da invasão russa na Ucrânia, vemos o surgimento de uma "nova normalidade". Esse novo status quo global reflete o agravamento de várias crises: social, econômica, política, ecológica, biomédica e geopolítica. O colapso ambiental está se aproximando. A vida cotidiana tem se tornado cada vez mais militarizada. O acesso a alimentos de qualidade, água potável e assistência médica acessível tornou-se ainda mais restrito. Mais governos se tornaram autocráticos. Os ricos se tornaram mais ricos, os poderosos mais poderosos, e a tecnologia não regulamentada apenas acelerou essas tendências.

Os impulsionadores desse status quo injusto - capitalismo, patriarcado, racismo, colonialismo, relações predatórias com a natureza e vários fundamentalismos - estão agravando a situação. Portanto, precisamos debater e implementar urgentemente novas visões de transição e transformação ecossocial que sejam justas em termos de gênero, regenerativas e populares, e que sejam, ao mesmo tempo, locais e internacionais.

Neste Manifesto para uma Transição Energética Justa e Popular dos Povos do Sul, argumentamos que os problemas do Sul Global geopolítico são diferentes dos problemas

do Norte Global e das potências emergentes, como a China. O desequilíbrio de poder entre essas esferas não só persiste devido a um legado colonial, mas também se aprofundou devido a uma economia global neocolonial. No contexto das mudanças climáticas, da crescente demanda por energia e da perda de biodiversidade, os centros capitalistas aumentaram a pressão para extrair riquezas naturais e depender de mão de obra barata dos países periféricos. O paradigma extrativista familiar continua em vigor e a dívida ecológica do Norte com o Sul está crescendo.

O que há de novo agora é a "transição energética" do Norte para a energia "limpa", que pressionou ainda mais o Sul Global a produzir cobalto e lítio para a produção de baterias de alta tecnologia, madeira de balsa para turbinas eólicas, fornecer áreas de terra para grandes conjuntos de painéis solares e nova infraestrutura para megaprojetos de hidrogênio. Essa descarbonização para os ricos, um processo orientado para a exportação e conduzido por grandes corporações, é construída em uma nova fase de destruição ambiental do Sul Global que afeta a vida de milhões de mulheres, homens e crianças, sem mencionar a vida não humana. As mulheres, especialmente nos territórios rurais, estão entre as mais afetadas. Dessa forma, o Sul Global se tornou mais uma vez uma zona de sacrifício, um depósito de recursos supostamente inesgotáveis para os países do Norte.

Uma prioridade para o Norte Global tem sido garantir cadeias globais de suprimentos, especialmente para matérias-primas essenciais, e impedir que determinados países, como a China, monopolizem o acesso. Os ministros de comércio do G7, por exemplo, recentemente pediram uma cadeia de suprimentos "responsável, sustentável e transparente" para minerais essenciais por meio de cooperação internacional e políticas financeiras, incluindo o comércio de bens e serviços ambientais no âmbito da OMC. O Norte Global tem pressionado por mais acordos de comércio e investimento com o Sul Global para atender à sua necessidade de recursos, especialmente aqueles essenciais para a "transição energética". Esses acordos, projetados para reduzir as barreiras ao comércio e ao investimento, protegem e aumentam o poder e os direitos das corporações, submetendo os Estados a possíveis ações judiciais sob os mecanismos de resolução de litígios entre investidores e Estados (ISDS, pelas siglas em inglês). O Norte Global está usando esses acordos para controlar a transição energética e gerar um novo colonialismo verde.

Enquanto isso, os governos do Sul caíram na armadilha da dívida, tomando dinheiro emprestado para construir indústrias e agricultura de larga escala para abastecer o Norte. Para pagar essas dívidas, os governos se sentiram compelidos a extrair ainda mais recursos do solo, criando um ciclo vicioso de desigualdade e destruição. Hoje, o imperativo de ir além dos combustíveis fósseis, sem nenhuma redução significativa na produção ou no consumo no Norte, só aumentou a pressão para explorar esses recursos naturais. Além disso, à medida que avança em suas próprias transições energéticas, o Norte tem oferecido pouco mais do que declarações de intenções em relação à sua responsabilidade de lidar com sua dívida ecológica histórica e crescente com o Sul.

Pequenas mudanças na matriz energética não são suficientes. Todo o sistema energético deve ser transformado, desde a produção e a distribuição até o consumo e o descarte de resíduos. A substituição de carros de combustão interna por veículos elétricos não é suficiente, pois todo o modelo individualista de transporte precisa ser alterado, reduzindo o consumo de energia e promovendo opções sustentáveis de mobilidade coletiva e pública.

Dessa forma, as relações devem se tornar mais equitativas não apenas entre os países do centro e da periferia, mas também dentro dos países, entre a elite e o povo. As elites corruptas do Sul Global também colaboraram com esse sistema injusto, lucrando com a extração, reprimindo aqueles que defendem os direitos humanos e da natureza e perpetuando a desigualdade econômica.

Mais do que apenas tecnológicas, as soluções para essas crises inter-relacionadas são, acima de tudo, políticas.

Como ativistas, intelectuais e organizações de diferentes países do Sul, conclamamos os agentes de mudança de diferentes partes do mundo a se comprometerem com uma transição ecossocial radical, democrática, de justiça global, de justiça de gênero, intercultural, regenerativa e popular que transforme o setor energético, bem como as esferas industrial e agrícola, que dependem de insumos energéticos em larga escala. Seguindo os vários movimentos de justiça climática, "a transição é inevitável, mas a justiça não é".

Ainda há tempo para iniciar uma transição justa e democrática, que desmonte as relações (neo)coloniais entre o Norte e o Sul Global. Podemos nos afastar do sistema econômico neoliberal em uma direção que sustente a vida, combine a justiça social com a justiça ambiental em vez de colocá-las em concorrência uma com a outra, reúna valores igualitários e democráticos com uma política social holística e resiliente e restaure o equilíbrio ecológico necessário para um planeta saudável. Mas, para isso, precisamos de mais imaginação política e mais visões utópicas de outra sociedade que seja socialmente justa e respeitosa tanto da diversidade quanto de nossa casa comum planetária.

A transição energética deve fazer parte de uma visão abrangente que aborde a desigualdade radical na distribuição dos recursos energéticos e promova a democracia energética. Ela deve deixar de enfatizar as instituições de grande escala (agricultura corporativa, grandes empresas de energia), bem como as soluções baseadas no mercado. Em vez disso, deve fortalecer a resiliência da sociedade civil e das organizações sociais.

Portanto, a partir deste Manifesto, definimos os oito pontos a seguir:

1. Alertamos que uma transição energética liderada por megaprojetos corporativos, provenientes do Norte Global e aceitos por muitos governos do Sul, implica a

expansão de zonas de sacrifício em todo o Sul Global, a persistência do legado colonial, o patriarcado e a armadilha da dívida. A energia é um direito humano elementar e inalienável, e a democracia energética deve ser nosso objetivo.

2. Clamamos aos povos do Sul que rejeitem as falsas soluções que vêm com as novas formas de colonialismo energético, agora em nome de uma transição "verde". Fazemos um apelo explícito para continuar a coordenação política entre os povos do Sul e, ao mesmo tempo, buscar alianças estratégicas com setores críticos do Norte.
3. Para mitigar os estragos da crise climática e promover uma transição ecossocial justa e popular, exigimos o pagamento da dívida ecológica. Isso significa, em face da responsabilidade desproporcional do Norte Global pela crise climática e pelo colapso ecológico, a implementação efetiva de um sistema de compensação para o Sul Global. Esse sistema deve incluir uma transferência substancial de fundos e tecnologia apropriada, e deve implicar o cancelamento da dívida soberana dos países do Sul. Apoiamos uma política de reparações por perdas e danos sofridos por povos indígenas, grupos vulneráveis e comunidades locais devido à mineração, grandes barragens e projetos de energia suja. Também apoiamos as lutas para legalizar e restituir os territórios coletivos dos povos indígenas em todo o mundo.
4. Rejeitamos a expansão da fronteira de hidrocarbonetos em nossos países - por meio de projetos de fracking e offshore - e repudiamos o discurso hipócrita da União Europeia, que recentemente declarou o gás natural e a energia nuclear como "energias limpas". Conforme já declarado na Iniciativa Yasuní, no Equador, em 2007, uma ideia que agora é apoiada por muitos setores e organizações sociais, estamos comprometidos em deixar os combustíveis fósseis no solo e gerar as condições sociais e trabalhistas necessárias para abandonar o extrativismo e avançar em direção a um futuro pós-combustível fóssil.
5. Da mesma forma, rejeitamos o colonialismo verde na forma de apropriação de terras para parques solares e eólicos, extração indiscriminada de minerais essenciais e a promoção de "soluções" tecnológicas como o hidrogênio azul, verde e cinza. O cerceamento, a exclusão, a violência, a invasão e o entrincheiramento caracterizaram as relações energéticas Norte-Sul passadas e atuais e não são aceitáveis em uma era de transições ecossociais.
6. Exigimos proteção efetiva para os defensores da natureza e dos direitos humanos, em especial os povos indígenas e as mulheres que estão na linha de frente da resistência ao extrativismo.
7. Eliminar a pobreza energética nos países do Sul deve estar entre nossos principais objetivos, assim como a pobreza energética em partes do Norte Global, por meio de projetos de energia renovável alternativos, descentralizados e distribuídos de forma equitativa, que sejam de propriedade e operados pelas próprias comunidades.
8. Denunciamos os acordos comerciais internacionais que penalizam os países que desejam restringir a extração de combustíveis fósseis. Devemos interromper o uso de acordos de comércio e investimento controlados por corporações multinacionais que, em última análise, promovem mais extração e reforçam um novo colonialismo.

Nossa alternativa ecossocial se baseia em inúmeras lutas, estratégias, propostas e iniciativas comunitárias. Nosso Manifesto se conecta com a experiência vivida e as perspectivas críticas de camponeses, povos indígenas e outras comunidades locais, mulheres e jovens em todo o Sul Global. Ele se inspira no trabalho realizado sobre os direitos da natureza, buen vivir, vivir sabroso, sumak kawsay, ubuntu, swaraj, os bens comuns, a economia do cuidado, a agroecologia, a soberania alimentar, o pós-extrativismo, o pluriverso, a autonomia e a soberania energética. Acima de tudo, clamamos por uma transição ecossocial radical, democrática, popular, justa em termos de gênero, regenerativa e integral.

Seguindo os passos do **Pacto Ecossocial e Intercultural do Sul**, este Manifesto propõe uma plataforma dinâmica que convida as pessoas a se juntarem à nossa luta compartilhada pela transformação, ajudando a criar visões e soluções coletivas.

[Assine aqui e apoie essa proposta](#)

[Español](#)

[English](#)

[Français](#)

[Deutsche](#)

[Türkçe](#)